

UM OUTRO CURRÍCULO É POSSÍVEL

Marlene Lucia Siebert Sapelli,
professora do Departamento de Pedagogia – UNICENTRO
marlenesapelli@yahoo.com.br

Introdução

Esse resumo tem por objetivo explicitar os pressupostos do currículo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) e problematizar o processo atual de discussão dos conteúdos mínimos para a consolidação dos mesmos nas referidas escolas. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e acompanhamento do trabalho realizado pelos educadores do MST das escolas itinerantes do Paraná e representa os resultados parciais da pesquisa que realizamos sobre a História do currículo no Paraná, como projeto cadastrado junto ao setor de Pesquisa da Unicentro (Guarapuava/PR).

A educação formal esteve sempre muito atrelada aos interesses econômicos, políticos, sociais e religiosos da classe dominante. Quando nos referimos à educação do homem do campo, isso não é diferente. Porém, isso não acontece de forma tranqüila. Há um intenso processo de contraposição, especialmente, a partir dos anos 80, com a criação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse fato fica obscurecido pelo esforço midiático, patrocinado principalmente por latifundiários, em articular notícias para denegrir e distorcer o processo de luta, coletivamente organizado. Assim, o que se sobressai e fica na cabeça das pessoas é a idéia de um Movimento que quer tomar a propriedade de outros injustamente e nada mais. Ao conhecer o Movimento de perto e por dentro vamos descobrindo outras facetas muito importantes. Uma delas é o processo de educação formal que nele é articulado e consolidado, apesar das dificuldades. O Movimento coordena hoje, pedagógica e politicamente, no Paraná, onze escolas itinerantes, localizadas em acampamentos, dentre outras que estão situadas em assentamentos.

Desenvolvimento

Como vamos tratar de um assunto referente ao MST, é interessante explicitarmos com alguns dados a amplitude desse Movimento que está presente em vinte e quatro estados brasileiros. Só não está presente no Amazonas, Acre e Amapá. Em 2008, completa 24 anos de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Hoje conta com 350 mil famílias assentadas e 700 áreas ocupadas. No Paraná já foram assentadas 16 mil famílias e há 15 mil famílias acampadas (MST 2008).

Para compreender melhor a importância de se discutir mais amplamente as questões relacionadas ao currículo das escolas do MST, consideramos significativo resgatarmos alguns fatos ocorridos dos anos 1990 para cá. Um deles é o que fica marcado no final do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA – promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no mês de julho de 1997, em Brasília, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília – UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, no qual se lança o desafio de pensar a educação a partir do mundo do campo.

Em 1998, o Ministério de Desenvolvimento Agrário criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – para atender as áreas de assentamentos de reforma agrária, preferencialmente, na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional e no Ensino Superior. O Ministério da Educação e Cultura criou um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (PARANÁ, 2005, p. 59).

Também, em 1998, em Luziânia (GO), realizou-se a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Unicef, UNESCO, CNBB e UnB e de 2 a 6 de agosto de 2004, aconteceu a II Conferência, no mesmo local, com 1.100 participantes. Estas duas conferências são marcos para o avanço nas discussões sobre a construção de políticas educacionais para o campo e expressam o compromisso dos movimentos sociais com a questão. Desde a década de 1980, quem, na verdade, vem enfatizando a discussão e buscando alternativas são os movimentos sociais.

Na II Conferência, os participantes registraram que defendem um projeto popular de agricultura, educação que ajude a superar a oposição entre campo e cidade, o campo como lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação e lazer; políticas públicas articuladas aos direitos sociais e humanos; tratamento específico da Educação do Campo. Nessa Conferência, estabeleceu-se como metas: universalizar o acesso à Educação Básica de qualidade para a população que trabalha e vive no campo; ampliar o acesso à educação superior; valorizar e formar educadores(as) do campo; respeitar a especificidade da educação do campo e a diversidade de seus sujeitos¹. Desencadearam-se a partir destes fatos, encontros estaduais para a constituição das articulações estaduais por uma educação do campo.

Quando se trata das escolas do Movimento, especialmente aquelas localizadas em acampamentos, as questões da especificidade ganham um significado político diferenciado. O ponto de partida é diferente, mas os sujeitos do campo têm direito ao acesso a um conjunto de conhecimentos amplos e profundos sobre a realidade e de formação política.

Das iniciativas que mais avançaram na construção de uma proposta formal voltada para o homem do campo, destaca-se a construída, a partir da década de 80, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujo objetivo principal é contribuir com o processo de formação política da classe trabalhadora. No Paraná uma das conquistas mais significativas do Movimento foi a criação das escolas itinerantes (em acampamentos).

Apesar desse marco, a escola itinerante só foi aprovada em 08 de dezembro de 2003 pelo Conselho Estadual de Educação. Naquele ano havia, em torno de 15 mil famílias espalhadas em acampamentos no estado e neles centenas de crianças, jovens e adultos em idade escolar (MST, 2008). Essa conquista é significativa, pois alguns estavam sem estudar e os que freqüentavam escolas municipais ou estaduais da vizinhança eram às vezes discriminados por fazerem parte do Movimento. Apesar desses motivos, o que tornou a criação das escolas itinerantes mais importante foi a possibilidade de construir um projeto político pedagógico para essas escolas que contemplasse os princípios da luta, contribuindo para tornar a escola um instrumento da classe trabalhadora.

Várias são as características que diferenciam a proposta curricular do Movimento e de sua consolidação. Uma delas é o conjunto de princípios filosóficos e pedagógicos que lhe dão sustentação. Os princípios filosóficos expressam a concepção de ser humano e de sociedade que dão sustentação à proposta. São eles (MST, 1999): *educação para a transformação social; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias*

¹ Consultar Declaração da II Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo, 2004.

dimensões do homem; educação com/para valores humanistas e socialistas; educação como um processo permanente de formação/transformação humana.

E como princípios pedagógicos que expressam a concepção de ensino temos (idem): *relação entre teoria e prática; combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processo políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das educandos; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; atitudes e habilidades de pesquisa; combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.*

Outra característica é o conjunto de autores que servem de referência para a proposta. A referência teórica mais significativa da proposta do Movimento é Paulo Freire. Isso se deve ao fato de, justamente na época em que o Movimento ser criado oficialmente, 1984, Paulo Freire estar voltando do exílio e sua proposta corresponder às expectativas do Movimento em construir um currículo com a perspectiva de educação popular. A Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire respondia à Pedagogia do Movimento. Na parte metodológica procura-se organizar os conteúdos a partir de Temas Geradores, hoje também nominados como Vivências Geradoras. Quando foi feita a transposição da proposta de Paulo Freire (que tinha como objetivo a alfabetização de adultos) para a educação básica no Movimento, houve problemas em relação à definição de conteúdos e também dificuldades para harmonizar as vivências (temas) geradoras com, principalmente, os conteúdos das várias disciplinas dos anos finais do ensino fundamental e médio (ANTONIO, GEHRKE e SAPELLI, 2008). Assim, houve a necessidade de se discutir no interior do Movimento a questão dos conteúdos, como veremos adiante.

Além de Paulo Freire, são utilizados pelo Movimento vários outros autores que servem de base para sua proposta curricular. Alguns deles são: Pistrak, Makarenko e o próprio Marx. Também tem uma forte presença de Roseli Caldart e outros.

Uma outra característica da proposta é a organização do currículo em ciclos de formação humana: infância (6 a 8 anos), pré-adolescência (9 a 11 anos) e adolescência (12 a 14 anos). Os educadores que atuam em cada ciclo formam um coletivo e os educandos também, podendo ser agrupados e reagrupados de várias formas para atender às necessidades de aprendizagem. Os ciclos representam para o Movimento “a possibilidade de superar a lógica linear de escola e devem ser compreendidos como articuladores do dinâmico e complexo processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos sujeitos que estão na escola” (MST, 2008).

Uma quarta característica das escolas itinerantes é o modelo de organização. Há um intenso processo coletivo de organização e a escola fica intimamente articulada à organicidade do Movimento. O fato de todos morarem no acampamento é um fator que contribui para essa organização. Os pais participam muito de perto do trabalho realizado pela escola. A capacidade de organização coletiva dos integrantes do Movimento é algo que nos chama a atenção. Se quisermos aprender como é organizar-se coletivamente, conviver com os integrantes do Movimento é uma boa lição! Talvez as escolas da rede estadual e municipal pudessem usá-los como exemplo. O resultado seria bem interessante.

Quando se trata das escolas de acampamentos há uma característica especial: a itinerância. Como o acampamento não é algo definitivo, a mudança de local provoca a mudança da escola que segue junto com o coletivo do acampamento. Por isso, o nome

itinerante. Como ela pode mudar, inclusive de município ela é uma escola estadual e sua documentação fica guardada nas escolas pólo.

Muitas são as discussões entre os educadores do Movimento e atualmente uma que vem ganhando uma preocupação especial é sobre a função da escola como socializadora de conhecimento amplo e profundo da realidade. Não podemos idealizar a escola e imaginar que seja possível realizar só essa função. No contexto atual, no qual se insere a escola concreta que temos, ela realiza múltiplas funções: executa projetos governamentais assistencialistas; serve de espaço de disseminação de projetos de grandes empresas; adentra as pessoas para contribuir com a manutenção do *status quo* da sociedade, padronizando comportamentos e jeitos de pensar a sociedade; e também socializa parte do conhecimento produzido pela humanidade. Esse processo de socialização do conhecimento não se dá de forma neutra, pelo contrário se dá de forma atrelada a um determinado tipo de sociedade. Além disso, esse processo é classista. A escola apresenta um dualismo estrutural que reproduz as relações sociais, pois trata cada classe social de maneira diferente, dosando o acesso a esse conhecimento ou tratando-o de forma superficial. Assim, a questão de socialização de conhecimento, é marcada também por diferentes posicionamentos epistemológicos, políticos e pedagógicos.

Em 2007/8, várias reuniões aconteceram com educadores do Paraná para discutir a questão dos conteúdos mínimos por ciclo. Numa fase anterior, a preocupação com a politização da classe trabalhadora relativizou a preocupação com tais conteúdos. Porém, como na caminhada, a pedagogia do Movimento tem sido motivo de reflexão permanente, compreendeu-se a necessidade de ampliar o debate acerca dessa questão. Por exemplo, no Encontro Estadual dos educadores das escolas itinerantes, realizado de 14 a 18 de julho de 2008, em Matelândia/PR, uma das tarefas do grupo foi definir conteúdos mínimos para cada ciclo e aprofundar a reflexão sobre a abordagem dada aos mesmos. No debate, os educadores apontaram alguns desafios a serem enfrentados nesse processo. São eles: os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento devem ser trabalhados de forma integrada; os encaminhamentos pedagógicos devem ser feitos no sentido de auxiliar o educando na construção do conhecimento e não na sua reprodução mecânica; os educadores precisam desenvolver hábitos de pesquisa permanente; faz-se necessário, ao trabalhar os conteúdos, partir da realidade do aluno, porém, garantir a ampliação da compreensão dessa realidade; refletir sobre o método de abordagem e não se preocupar só com o fazer; criar mecanismos para evitar a rotatividade de educadores; ter clareza do que se está enfrentando para superar; conhecer o contexto sócio-cultural dos educandos; aproveitar os conhecimentos empíricos da comunidade para realizar práticas; encontrar soluções para os problemas da realidade e fazer o registro das práticas pedagógicas.

Os conteúdos definidos não diferem muito daqueles ensinados em outras escolas, porém alguns deles atendem às necessidades do campo. São exemplos disso: espaços (rua, bairro, condomínio, acampamento, vila, agrovila, cidade), Mística (ênfata o trabalho com valores), história da família e do acampamento em relação à história do município, organização política do acampamento e do município, as lutas e conflitos no município em relação à posse da terra, história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra, agrotóxicos, transgênicos, controle orgânico, medidas agrárias e outros. Além disso, os demais conteúdos quando são trabalhados devem ser, sempre que possível, relacionados às questões do campo.

Há uma metodologia especial para tratar os conteúdos. Inspirados na proposta de Paulo Freire adotam os temas/vivências geradoras que são (ANTONIO, GEHRKE e SAPELLI, 2008)

vivências sociais com forte vínculo com a realidade social, e precisam ser tomadas pela escola para organizar a formação e o ensino e este na perspectiva da formação humana. (FREITAS, 2003, p.56).

Uma das dificuldades encontradas pelo Movimento para avançar na consolidação de um trabalho efetivo nas escolas itinerantes é a rotatividade de educadores e educandos. Além disso, muitos educadores, apesar do compromisso e esforço, não têm formação suficiente para realizar o trabalho docente. O Movimento tem se organizado para buscar alternativas para resolver essa questão. Foram criados vários cursos de Magistério e de Pedagogia que atendem a proposta do Movimento. Além disso, foram criados cursos de Licenciatura e pós graduação em Educação do Campo. Também são realizados muitos encontros de formação continuada, nos quais há uma combinação entre a formação política e a formação pedagógica.

Considerações Finais

Todos esses fatos e discussões nos levam a perceber claramente o caráter de não neutralidade do processo educativo realizado nas escolas. Há sim um posicionamento político-ideológico e de classe bem presente, mesmo quando os educadores não têm consciência dele. Esse posicionamento acaba se explicitando nas ações do dia a dia, nos materiais selecionados para consolidar o processo, nos rituais que organizamos nos tempos e espaços da escola.

Uma das marcas fortes é que no Movimento a pedagogia está atrelada à luta de classes e isso exige dos educadores um compromisso político intenso. Quem dera se os educadores de outras escolas públicas tivessem esse compromisso com a classe trabalhadora! O compromisso dos educadores, em geral, é com o projeto de escola capitalista que adentra seus sujeitos para que vivam em harmonia nessa estrutura social e que não tenham conhecimentos suficientes para desvelar suas contradições.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Clésio A.; GEHRKE, Marcos e SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Currículo e Escola Itinerante**: pressupostos, conteúdo, vivências geradoras e avaliação. 2008 (mimeo)
- MST. **Escola Itinerante do MST**: história, projeto e experiências. SEED:Curitiba, 2008.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da educação do MST**. São Paulo: Coletivo Nacional do Setor de Educação, 1999.
- PARANÁ. SEED. **Plano Estadual de Educação. PEE.PR – uma construção coletiva**. Versão preliminar. Curitiba, SEED, setembro de 2005 (mimeo).